



## **A SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA AO CAPITAL EM NEPOMUCENO-MG**

---

Lucas Guedes Vilas Boas  
*Universidade Federal de Minas Gerais*

Fábio Luiz Tezini Crocco  
*Instituto Tecnológico de Aeronáutica*

### **Resumo**

Este artigo discute elementos da mediação do trabalho agrícola e do capital em Nepomuceno-MG. Essa investigação analisou a integração e a dependência da agricultura familiar em relação ao mercado e a subsunção do trabalho agrícola ao capital. Ênfase foi conferida ao processo e às consequências da reestruturação produtiva do campo, resultado das modificações técnicas proporcionadas pela Revolução Verde e pelo avanço do agronegócio. Por fim, foram discutidas questões relacionadas à facilitação do acesso ao crédito, ao endividamento e à precarização das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores agrícolas.

**Palavras-chave:** Trabalho. Agricultura. Exploração. Precarização. Agronegócio.

## ***THE SUBSUNCATION OF AGRICULTURAL WORK TO CAPITAL IN NEPOMUCENO-MG***

---

### **Abstract**

This article discusses elements on the mediation of agricultural labor and capital in Nepomuceno-MG. This research analyzed the integration and dependence of family farming on the market and the subsumption of agricultural labor under capital. Emphasis was placed on the process and consequences of the productive restructuring of the field, resulting from the technical changes provided by the Green Revolution and the progress of agribusiness. Finally, we discussed issues regarding the facilitation of access to credit, indebtedness and the precariousness of the living and working conditions of agricultural workers.

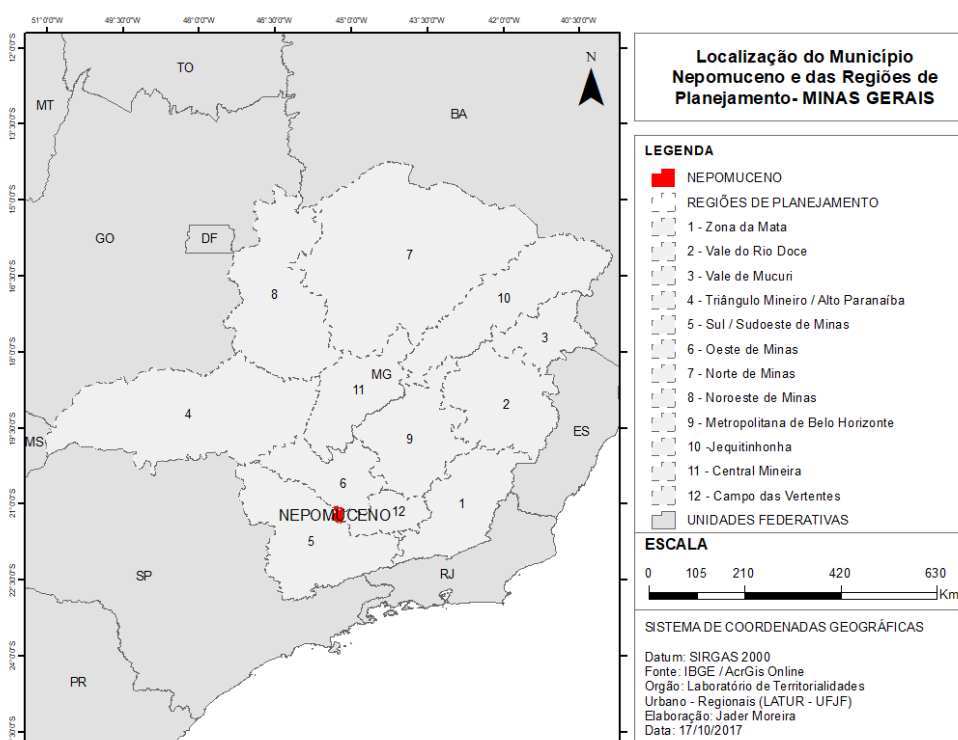
**Keywords:** Work. Agriculture. Exploration. Precariousness. Agribusiness.

### **Introdução**

Localizado na região sul de Minas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1992), conforme ilustra a Figura 1, o município de Nepomuceno possui aproximadamente 27 mil habitantes<sup>1</sup>. A agropecuária é a principal atividade econômica municipal, com

destaque para a cafeicultura, prática pujante em terras nepomucenenses desde o início do século XX. Neste ínterim, os imigrantes italianos colaboraram para a difusão das lavouras cafeeiras no município, uma vez que trouxeram consigo as técnicas aprendidas em terras paulistas. Destarte, a renda oriunda do café contribuiu para a economia local, pois movimentou cifras expressivas, sobretudo, entre junho e setembro que são os meses principais de colheita. Para além, algumas cooperativas atuam no município, providenciando assistência técnica aos cafeicultores e facilitando a logística de distribuição e venda da produção cafeeira para o mercado interno e internacional, visto que adquirem a rubiácea com base em sua cotação nas Bolsas de Mercados de Futuros (VILAS BOAS, 2016).

Figura 1 - Mapa de Localização de Nepomuceno nas Regiões de Planejamento de Minas Gerais



Fonte: IBGE/ArcGIS Online  
Autor: MOREIRA, Jader.

O clima tropical de altitude, presente em Nepomuceno, possui duas estações bem definidas e distintas – entre os meses de outubro e abril, as temperaturas e a pluviosidade são elevadas, enquanto entre maio e setembro, as médias térmicas são mais amenas e os índices pluviométricos são significativamente baixos. Deste modo, a distribuição da pluviosidade no município é ideal à cafeicultura, pois o período de estiagem coincide com a etapa de secagem dos grãos colhidos. Com uma altitude média de 848 metros, Nepomuceno apresenta temperaturas médias

anuais propícias aos cafeeiros. Ademais, como os invernos não são tão rigorosos, as geadas são raras, favorecendo o cultivo da rubiácea (BRASIL, 1983).

Os solos predominantes no município são o latossolo vermelho-amarelo distrófico e o latossolo vermelho escuro-distrófico, os quais possuem elevada profundidade e são resistentes a processos erosivos. No entanto, são solos ácidos, pois possuem diminuta saturação por bases. Desta maneira, os agricultores nepomucenenses frequentemente recorrem à calagem, prática que consiste na adição de calcário ao solo para diminuição de sua acidez, com o intuito de equilibrarem o pH (potencial hidrogeniônico) de suas terras. Os biomas originais do município são o Cerrado e a Mata Atlântica, cujas vegetações se encontram, em sua maioria, desmatadas, principalmente em decorrência da difusão da cafeicultura em terras nepomucenenses (BRASIL, 1983; VILAS BOAS, 2016).

A reestruturação produtiva do campo brasileiro decorrente da Revolução Verde e do avanço do agronegócio, a financeirização da economia e a inserção de práticas neoliberais na agricultura nacional reverberaram na perda de autonomia e na pauperização dos agricultores, os quais engendraram diversas estratégias para a reprodução social da agricultura familiar (OLIVEIRA, 2007). Várias destas táticas resultaram na intensificação do trabalho agrícola, processo perceptível no município de Nepomuceno. Neste cenário, foram discutidas no presente estudo as formas pelas quais estes processos integraram os produtores nepomucenenses ao mercado, tornando-os dependentes dos insumos urbano-industriais, do crédito, entre outros aspectos.

Ademais, discutiu-se a exploração no trabalho agrícola em Nepomuceno, tanto do trabalhador assalariado, quanto do pequeno proprietário fundiário. Alguns estratagemas engendrados pelos capitalistas para aumento da extração de mais-valia e dos lucros foram abordados, como a elevada volatilidade dos preços dos gêneros agrícolas e seus impactos nos produtores e nos trabalhadores assalariados. As jornadas intensas e insalubres de trabalho desempenhadas pelos trabalhadores nepomucenenses afetam diretamente seus quadros de saúde, fato comprovado pelo expressivo número de acidentes de trabalho e de intoxicações por agrotóxicos no município (VILAS BOAS, 2016).

Portanto, as condições de exploração do trabalho agrícola em Nepomuceno demonstram características típicas de sua subsunção formal e real ao capital (MARX, 1978). A organização racionalizada da produção e do trabalho e a utilização crescente da tecnologia evidenciam a ânsia pela produtividade e lucratividade numa produção marcada pela influência do mercado global. Assim, o *modus operandi* da produção agrícola e seus efeitos sobre os pequenos produtores e os trabalhadores assalariados serão objetos de análise desse trabalho de pesquisa.

## METODOLOGIA

Para a avaliação da situação do trabalho agrícola no município de Nepomuceno, foram aliados métodos teóricos e práticos. Em diversos momentos, a pesquisa

bibliográfica forneceu o subsídio teórico-metodológico ao trabalho de campo, realizado nos anos de 2016 e 2017. Desta maneira, através da conjugação entre revisão bibliográfica, trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas, a integração e a dependência da agricultura familiar em relação ao mercado e a exploração no trabalho agrícola nepomucenense foram abordadas.

Neste contexto, foram efetivadas entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores rurais e os pequenos agricultores nepomucenenses, através das quais foi possível obter informações acerca do cotidiano de suas atividades agrícolas. Neste sentido, Mann (1973) e Triviños (1995) explicam que as entrevistas semiestruturadas possuem um roteiro de perguntas preestabelecido, contendo uma sequência de tópicos norteadores atrelados à temática da pesquisa e respaldados por um referencial teórico-metodológico, os quais orientam as perguntas realizadas. Todavia, os questionamentos nem sempre precisam seguir a ordem predeterminada, podendo variar conforme o desenrolar dos diálogos empreendidos (TRIVIÑOS, 1995; OLIVEIRA, 2012). Ao todo, foram realizadas oitenta entrevistas, quarenta com trabalhadores rurais e a outra metade com pequenos proprietários fundiários do município.

### **INTEGRAÇÃO E DEPENDÊNCIA EM RELAÇÃO AO MERCADO**

De acordo com a tipologia estabelecida por Lamarche (2008), a maioria dos agricultores familiares nepomucenenses integra a agricultura familiar moderna, marcada pela produção direcionada à venda e pela integração e dependência frente ao mercado. Conforme o modo de produção capitalista foi subordinando, por intermédio de diversas estratégias, a produção agropecuária aos seus interesses, os pequenos agricultores foram gradativamente incorporados ao mercado, tornando-se dependentes, tanto em relação à venda dos gêneros lavrados, quanto no tocante à aquisição de insumos produtivos. No panorama nepomucenense, a dependência financeira associada à oferta de crédito e à contração de empréstimos e dívidas é expressiva, pois muitos agricultores adquirem máquinas agrícolas e investem em suas lavouras por intermédio de crédito fornecido por programas estatais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e por instituições bancárias atuantes no município.

Um dos principais objetivos do PRONAF é a introdução de novas tecnologias produtivas na agricultura familiar e a adesão de seus integrantes ao crédito. Criado para fomentar os investimentos produtivos entre os pequenos produtores e impulsionar a produção agrícola familiar, o programa estatal intensificou a dependência da agricultura brasileira em relação ao setor financeiro-industrial, reverberando na ampliação de sua submissão ao capital. Seu êxito culminou na ampliação da especialização produtiva e de práticas monocultoras em território nacional (CARNEIRO, 1997). Destarte, ocasionou perda de segurança alimentar no panorama agrário brasileiro, visto que dentre suas consequências, destacam-se a diminuição da variedade de alimentos cultivados, a redução da diversidade

genética através da disseminação de sementes transgênicas, a contaminação de recursos hídricos, pedológicos e dos próprios gêneros alimentícios, entre outras. Todavia, é válido salientar que as corporações transnacionais e multinacionais que monopolizam os mercados mundial e nacional de produção de sementes e agroquímicos também possuem papel crucial no aumento da insegurança alimentar e da degradação ambiental no Brasil, pois são elas que comercializam a maioria dos insumos adquiridos pelos beneficiários do PRONAF.

Neste contexto, as principais cooperativas<sup>ii</sup> atuantes no município possuem convênios com alguns bancos para a oferta de seguros para a lavoura e de crédito a juros reduzidos para seus associados. Essas parcerias facilitam a disseminação de empréstimos no panorama municipal e, conseqüentemente, o aumento da quantidade de dívidas, especialmente entre os pequenos agricultores. Em decorrência de seus baixos rendimentos, a maioria dos produtores nepomucenenses não consegue quitar as dívidas adquiridas.

Com o ápice do neoliberalismo, houve aumento do endividamento em âmbito internacional, processo decorrente da difusão do crédito, ante um contexto de financeirização da economia mundial. Algumas soluções encontradas pelo capital frente à Crise do Petróleo do decênio de 1970 foram o deslocamento de investimentos e capitais para o Oriente, sobretudo a China, o crescimento de títulos, ações e investimentos financeiros e a maximização da oferta de crédito (HARVEY, 2011). Em Nepomuceno, muitos agricultores relataram o pagamento de juros mensais e/ou anuais relativos aos débitos contraídos. Por conseguinte, as dívidas afetam parte significativa dos orçamentos mensais e/ou anuais, comprometendo a qualidade de vida e os regimes alimentares das famílias.

Neste cenário, é ofertada aos cooperados a possibilidade de pagamento dos empréstimos contraídos com parte da próxima safra. A princípio, a viabilização de investimentos produtivos é algo positivo, pois permite ao agricultor a expansão e/ou melhoramento de sua produção. No entanto, já no ano seguinte, com parcela da produção comprometida para o pagamento do débito contraído, as receitas obtidas com a comercialização dos víveres cultivados são reduzidas, atingindo diretamente a condição de vida do agricultor e de seu núcleo familiar.

A infraestrutura consolidada pela atuação das cooperativas na agricultura nepomucenense favorece a manutenção da monocultura cafeeira na maioria das propriedades agrícolas municipais, pois essas empresas asseguram a compra da produção dos cafeicultores locais e engendram diversas estratégias visando o aumento do número de cooperados. Em um mundo caracterizado pela intensificação do processo de globalização e pela constituição das redes geográficas, Nepomuceno se destaca como um importante polo cafeeiro, distribuindo a rubiácea produzida no município para distintas e diversas localidades no Brasil e no exterior. Contudo, a maioria de sua população não desfruta das benesses possibilitadas pelos lucros oriundos da cafeicultura, os quais são apropriados por diversos setores do capital, enquanto muitos trabalhadores

agrícolas nepomucenenses convivem diariamente com jornadas insalubres de trabalho e precárias condições de vida.

Nos dizeres de Lamarche (2008), a dependência tecnológica se refere ao emprego de insumos urbano-industriais, como os pesticidas, as máquinas agrícolas e as sementes transgênicas na agricultura. Acerca do uso destes insumos, Costa Neto (1998) afirma que os pequenos produtores, em geral, utilizam-nos intensamente em suas lavouras, almejando a maximização da produtividade. No tocante ao assunto, cabe mencionar que os maquinários mais empregados pelos agricultores nepomucenenses no processo produtivo são a roçadora costal manual, a derriçadora costal manual e o trator. Na maioria das propriedades agrícolas do município, há aplicação de agrotóxicos e fertilizantes químicos oriundos das empresas hegemônicas no fornecimento mundial de insumos agrícolas, como a Bayer, a Monsanto, a Basf, a Syngenta, a Bunge, entre outras (VILAS BOAS, 2016).

No tocante ao uso dos pesticidas, entre 2014 e 2016, ocorreram vários casos de intoxicação de trabalhadores rurais em decorrência de sua utilização. Os principais sintomas dos indivíduos afetados pelo contato com os praguicidas foram alergias, dificuldades respiratórias, dores estomacais, entre outras. Algumas destas situações culminaram em internações hospitalares, enquanto em outras circunstâncias, os agricultores não procuraram atendimento médico, a despeito dos nítidos sinais de contaminação apresentados (VILAS BOAS, 2017).

Em virtude da integração ao mercado, há prejuízos à soberania alimentar no campo nepomucenense, pois os agricultores perdem o controle sobre as deliberações relativas às suas unidades produtivas. Ante um cenário de utilização de pesticidas e transgênicos, a soberania alimentar é afetada, pois recursos hídricos, solos, espécies vegetais e animais são contaminados, enquanto o uso de grãos geneticamente modificados constitui um risco aos conhecimentos tradicionais e às sementes crioulas (PAULINO, 2015).

A partir da modernização produtiva do campo, promovida nas últimas quatro décadas, as transformações no mundo do trabalho agrícola se tornaram mais evidentes no Brasil (OLIVEIRA, 2007). A alteração dos espaços produtivos do campo e, conseqüentemente, das formas de exploração da força de trabalho, está diretamente relacionada ao desenvolvimento e à difusão de fatores científicos, técnicos, tecnológicos e informacionais típicos do atual momento histórico, denominado por Milton Santos de meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997).

Conforme enuncia Marx (2010, p. 80): “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria”. Nesta perspectiva, o valor equivale ao tempo de trabalho necessário à produção de determinada mercadoria, com base no tempo, na intensidade e na capacidade de trabalho médias da sociedade em geral. Desta maneira, a reestruturação produtiva do campo, conhecida pela alcunha de

Revolução Verde e caracterizada pela difusão de insumos urbano-industriais, como pesticidas, fertilizantes químicos, grãos transgênicos e maquinários agrícolas, promoveu a desvalorização da mão de obra agrícola e seu empobrecimento, uma vez que propiciando o aumento da produtividade, reduziu o valor das mercadorias agrícolas e de sua própria força de trabalho. Por conseguinte, a ampliação da força produtiva do trabalho reverbera em perda de valor das mercadorias, pois decresce o tempo de trabalho necessário à sua produção (MARX, 1984).

A reestruturação agrícola de cunho capitalista possibilitou uma nova lógica produtiva e aperfeiçoou o aparato técnico e organizacional, além de promover uma especialização produtiva dos lugares com grande aptidão agrícola. Assim, o aumento da produtividade e da acumulação de capital no campo foi fruto, dentre outros fatores, das inovações tecnológicas empregadas em toda cadeia produtiva, da abundância de insumos industriais, dos incentivos de crédito e financiamento. Houve, portanto, a aproximação do capital industrial e financeiro com fins agrícolas e, conseqüentemente, uma relação mais intensa e constante entre campo e cidade.

Conforme destaca Santos (2008), essa relação entre campo e cidade é de complementaridade, pois o campo depende da cidade, assim como a cidade depende do campo. Essa lógica é ainda mais evidente quando analisadas as características socioeconômicas de pequenos municípios, como é o caso de Nepomuceno-MG. Nessa direção, Elias (2007) aponta que o agronegócio globalizado influencia e exerce um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento de pequenas e médias cidades. Essa influência é evidenciada principalmente nas questões econômicas, pelo fato de a cidade ser o local de obtenção de crédito e comercialização, tanto dos insumos, quanto dos frutos da produção. As questões demográficas também estão relacionadas com as características da produção agrícola, de acordo com fatores como êxodo rural, crescimento populacional e alocação da população nas cidades. Além disso, essa relação promove impactos na força de trabalho, uma vez que muitos trabalhadores agrícolas que residem nas cidades estão à mercê da lógica sazonal da produção agrícola e vivenciam um constante deslocamento para o campo. É nesse sentido que Elias discute a relação entre campo e cidade:

As demandas das produções agrícolas e agroindustriais intensivas têm o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais exigências, em virtude de fornecerem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão de obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua localização. Quanto mais intensiva e globalizada a agropecuária, mais urbana se torna sua gestão, dinamizando o setor terciário e, conseqüentemente, a economia urbana. Isso evidencia que é na cidade que se realizam a gestão e a normalização das transformações [...] do espaço agrícola (ELIAS, 2007, p. 54).



Sendo a agricultura moderna um fenômeno financeiro e industrial, nos moldes do capitalismo globalizado, ela organiza e utiliza todas as forças produtivas com a finalidade de promover a maior produtividade e obter o maior lucro possível. O trabalho humano é o elemento essencial das forças produtivas que deve ser organizado e utilizado de forma eficiente para o sucesso econômico.

Discutir o significado do sucesso econômico na lógica do capital é uma tarefa complexa que passa, primeiramente, pelo questionamento de fatores facilmente demonstráveis, como a capacidade de autossustentação do empreendimento, ou seja, se ele possui a capacidade de se manter e não dar prejuízo. O problema não está em definir a lógica de custos para a manutenção, mas discutir se existe limite para a lucratividade. Sabemos que o sociometabolismo do capital e seus pressupostos ideológicos defendem o constante aumento dos lucros e a expansão de sua lógica. Nesse sentido, não há limites para a lucratividade e, conseqüentemente, a própria concepção de sucesso se constitui a partir da superação desses limites.

Entretanto, os limites têm se multiplicado e sua superação tem gerado impactos, conflitos e aumento expressivo da exploração. Três desses limites são significativos na atualidade. Um deles é o da natureza, que vem sendo transposto constantemente pelos desenvolvimentos tecnológicos aplicados nos maquinários, nos insumos produtivos e na própria constituição genética das culturas agrícolas. Apesar de a ciência e a tecnologia aplicada terem conseguido desenvolver grandes inovações, o uso cada vez mais intenso e constante desses meios tem claramente causado problemas ambientais e conseqüências graves à saúde humana. Outro é o conflito gerado pela expansão do agronegócio sobre as comunidades indígenas e tradicionais e a, conseqüente, destruição de suas formas produtivas e de seus modos de sobrevivência. Por fim, o limite mais significativo para essa investigação é o do trabalho. Além de configurar na sociedade de classes o *locus* crucial de conflitos, sob a lógica do sistema capitalista a relação entre capital e trabalho é sempre revista e reorganizada com a finalidade de promover o aumento da lucratividade. Exemplo disso são as constantes estratégias que visam ao aumento da mais-valia relativa e absoluta, que, em outras palavras, significam o aprimoramento das formas de exploração.

Existem elementos genéricos relativos ao sociometabolismo do capital, mas as estratégias específicas de utilização dos meios e das forças produtivas dependem da articulação de fatores tecnológicos e organizacionais aplicados às peculiaridades de cada produção. Por isso, a reflexão dialética depende da mediação do global e local, do genérico e específico e, conseqüentemente, de como essa mediação possibilita uma compreensão de totalidade. Portanto, como o objetivo desse item é analisar as particularidades da exploração do trabalho rural no município de Nepomuceno-MG precisamos, a partir das considerações mais genéricas, avaliar as características locais mais expressivas.



### **A exploração no trabalho agrícola em Nepomuceno-MG**

Discutir a exploração do trabalho agrícola na atualidade significa analisar e problematizar as condições do trabalho assalariado rural subsumido ao capital. Essa questão tem como base a relação antagônica entre capital e trabalho, que a partir dos processos lentos e contraditórios da acumulação capitalista, desapropria, desprovê e retira dos produtores seus meios de subsistência. Expropriados de seus meios e condições de trabalho, os produtores são convertidos em trabalhadores assalariados, e são obrigados a vender sua força de trabalho a fim de obter renda para sobreviver. Deste modo, Marx afirma que “[...] com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais para produção capitalista. A relação de capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho” (1984, p. 262).

A subjugação do trabalho ao processo de valorização do capital e, conseqüentemente, do valor de uso ao valor de troca possibilita a transformação da produção social em produção capitalista. Esse processo caracteriza a subsunção formal do trabalho ao capital, que existe a partir do momento em que o detentor dos meios de produção tem à sua disposição trabalhadores que se subordinam e vendem sua força de trabalho, e a partir da qual é produzida a mais-valia.

Apesar de transparecer uma relação simples e justa, a troca de trabalho por salário oculta uma relação de exploração inerente à sociedade capitalista. A denominada mais-valia é a produção do sobretrabalho, ou seja, a retenção, pelo proprietário dos meios de produção, do trabalho excedente, do trabalho para além dos gastos com a mão de obra. De forma simplificada, a mais-valia é a diferença entre a riqueza que o trabalhador produz e o valor, sempre menor, que lhe é pago como salário. Portanto, o sistema capitalista se define e se constitui em torno da geração de mais-valia e, portanto, do processo de exploração do trabalho humano.

O processo de desenvolvimento do capitalismo gera continuamente formas diferenciadas de exploração da mão de obra, uma vez que a expansão do sistema depende dessas formas sempre mais aprimoradas de geração de mais-valia e acumulação de capital. Inerentes a esse processo estão a racionalização e o aperfeiçoamento da exploração e, conseqüentemente, o acirramento dos conflitos entre capital e trabalho. Deste modo, a expansão do capitalismo no campo é também a expansão da lógica da exploração do trabalho e da crescente produção de mais-valia, que ocorre, dentre outros fatores, a partir do aprimoramento tecnológico, da racionalização organizacional, da intensificação do ritmo e da expansão da jornada de trabalho. Sobre a questão da mais-valia e sua relação com a subsunção formal e real do trabalho ao capital, Marx afirma:

Do mesmo modo porque se pode considerar a produção da mais-valia absoluta como expressão material da subsunção formal do trabalho ao capital, a produção da mais-valia relativa pode ser considerada como a de

subsunção real do trabalho ao capital. De qualquer modo, as duas formas de mais-valia – a absoluta e a relativa – se consideradas isoladamente, como existências separadas (e a mais-valia absoluta precede sempre a relativa) –, correspondem as duas formas separadas no interior da produção capitalista, das quais a primeira é sempre precursora da segunda, embora a mais desenvolvida, a segunda, possa constituir, por sua vez, a base para introdução da primeira em novos ramos da produção” (MARX, 1978, p. 56).

Nesse sentido, cabe considerar que a cafeicultura é a principal atividade econômica do município e, por isso, a maior parte do trabalho rural encontra-se direta ou indiretamente relacionada à sua cadeia produtiva. O trabalho humano está envolvido em diversos processos da cultura cafeeira, como o plantio, adubação, pulverização, arruação, higienização do terreiro, o preparo da colheita, a colheita, secagem, esparramação, entre outras. Porém, nenhum outro processo demanda mais mão de obra que a colheita (“panha de café”). Apesar de a expansão da mecanização estar em desenvolvimento há anos, as características do terreno, das propriedades e dos cafeicultores têm limitado o investimento e o avanço dessas tecnologias.

Diversas áreas plantadas possuem grande declividade, o que impede a entrada de máquinas robustas, as propriedades são em sua maioria pequenas e médias e os cafeicultores são descapitalizados. Os grandes proprietários têm maior poder de investimento, mas esses são minoria no município. Na “panha de café” tem aumentado o uso da derriçadora (Figura 2a), o que facilita a retirada dos grãos dos galhos, mas ainda é comum o trabalho unicamente manual (Figura 2b). Ou seja, a colheita de café em Nepomuceno ainda é um processo praticamente artesanal com a utilização de um grande efetivo de trabalhadores.



**Figura 2.** Métodos utilizados na “panha do café” no sul de Minas Gerais: (A) colheita com derriçadora, (B) colheita manual.

**Fonte:** (A) Claudio Honorato de Souza, (B) Jochen Weber.

Apesar disso, principalmente os grandes produtores têm investido em novos meios de plantio, manutenção e colheita, o que tem promovido a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, a partir do incremento tecnológico e, conseqüentemente, gerando desemprego. Essa mão de obra desempregada, geralmente desqualificada e com diminuta formação escolar, passa a depender das oportunidades de emprego na colheita dos médios e pequenos produtores. A qualidade de tais relações empregatícias é menor, dada a condição de incerteza e os riscos em que também vivem esses produtores. Dentre os fatores que tornam essas oportunidades mais precárias e exploratórias estão o valor menor do salário, a incerteza do pagamento, o pagamento por espécie (café), o trabalho por cooperação (troca de favores), o maior número de relações informais e o maior desrespeito às normas de segurança.

Embora em tempos anteriores a maioria dos trabalhadores tivesse vínculo direto com o proprietário, como, por exemplo, no sistema de colonato, a partir da modernização do campo esse vínculo é desfeito e os trabalhadores são deslocados para a cidade, sendo requisitados em momentos específicos. Sem capital ou renda, os trabalhadores rurais se avolumam nas periferias das cidades e tornam-se reféns de suas condições precárias e de escassas e concorridas oportunidades de emprego (GONÇALVES, 2001; ALVES, 2011). A maioria das atividades agrícolas tornou-se temporárias e sazonais e impuseram ao trabalhador rural uma vida instável e insegura com momentos de trabalho, de subemprego e de não trabalho. Sobre o tema da instabilidade laboral, Antunes aponta que

a sociedade do capital e sua *lei do valor* necessitam cada vez *menos* do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista (ANTUNES, 2013, p. 121).

Embora o trabalho sazonal (temporário) já seja algo considerado típico na produção agrícola, nos últimos tempos sua lógica está se expandindo para os demais domínios da produção de valor. Essa condição de flexibilidade de utilização da mão de obra é conveniente ao empregador, que deixa de se responsabilizar pela manutenção da força de trabalho e, portanto, diminui seus gastos com impostos e pagamentos das horas e atividades improdutivas. Na entressafra da cafeicultura nepomucenense, a sobrevivência dos trabalhadores e, portanto, a manutenção da mão de obra, depende de políticas públicas de assistência social e de outras atividades temporárias, que são, na maioria dos casos, temporárias e informais. A insegurança gerada pela lógica da sazonalidade laboral se agrava pelo fato de grande parte dos trabalhadores rurais não possuírem carteira assinada e, conseqüentemente, viverem sem seguridade social<sup>iii</sup>. Sobre a questão da informalidade no campo e suas conseqüências, dados recentes mostram que a situação de Nepomuceno segue o panorama nacional:

Em 2013, entre os 4,0 milhões de ocupados empregados (ou assalariados), a maioria (59,4% ou 2,4 milhões) encontrava-se como empregado sem carteira de trabalho assinada, e 40,6% (1,6 milhão) como empregados com carteira de trabalho assinada (Tabela 2). Em outras palavras, a maior parte dos trabalhadores assalariados rurais no Brasil está em situação de trabalho ilegal (ou informal), ou seja, sem nenhuma das proteções garantidas pelo vínculo formal (DIEESE, 2014, p. 11).

A contratação do trabalho assalariado rural em Nepomuceno ocorre, em parte, via formal, com vínculo temporário, e de maneira informal, a partir de acordos verbais. Na colheita do café predomina o pagamento por produtividade, o que representa uma forma de precariedade pelo fato de delegar ao trabalhador a responsabilidade pelo seu rendimento, levando-o a trabalhar intensamente para conseguir um bom salário. Essa forma de pagamento gera uma condição em que o trabalhador se torna explorador de si mesmo, pois é delegada a ele a responsabilidade pelo salário que recebe. Além disso, essa forma de pagamento promove o aumento dos lucros do produtor, pois o trabalhador além de sofrer a exploração exercida pelos fazendeiros, ou pelos *gatos*<sup>iv</sup>, sofre a pressão colocada por si mesmo para produzir mais.

O pagamento por produtividade na colheita sazonal, a partir de uma relação informal, impõe ao trabalhador uma condição de trabalho autônomo sem seguridade. A incerteza e a insegurança vividas cotidianamente fazem com que ele procure aproveitar ao máximo as oportunidades e, conseqüentemente, é comum a realização da atividade até a exaustão física. Assim, a confluência desses fatores condiciona a lógica da exploração do trabalho rural em Nepomuceno e é responsável pela intensificação do ritmo e a expansão da jornada de trabalho, aparentemente determinada pelo próprio trabalhador.

Outro elemento importante para analisar as formas de exploração do trabalho rural é a caracterização do preço da mão de obra. No caso específico da colheita do café, a questão fundamental é saber como é determinado o valor da medida de café paga ao trabalhador. O valor pago ao trabalhador está diretamente relacionado ao valor da saca de café, que é determinada pelo mercado financeiro, ou seja, a cafeicultura nepomucenense e de tantos outros municípios brasileiros é determinada pelas flutuações do mercado num capitalismo globalizado. O café é uma *commodity* que possui um perfil volátil e seu preço é condicionado a partir de muitas variáveis locais e globais. Essa complexidade é descrita por Davila:

O preço é um dos pontos mais delicados na cafeicultura, pois depende de fatores por vezes imprevisíveis, responsáveis dessa forma, por sua volatilidade. São exemplos desses fatores: problemas climáticos, nível de estoques nacionais e mundiais, época de comercialização,

nível de produção nacional e mundial, demanda interna e externa do produto e comportamento histórico dos preços (DAVILA, 2009, p. 107).

Assim, a oscilação do preço da *commodity* afeta a lucratividade do produtor e a remuneração do trabalhador, pois, de acordo com as características das relações de trabalho, o salário é variável. Em virtude das flutuações do mercado e pressionados pelos sinais de diminuição da lucratividade, os produtores diminuem o valor pago ao trabalhador na tentativa de minimizar suas perdas. Essa volatilidade do mercado torna a cafeicultura um negócio de maior risco para os pequenos e médios produtores, que normalmente são dependentes de financiamentos para promoverem a manutenção da lavoura e, portanto, convivem constantemente com dívidas e com as demais condições dos financiamentos. Desta forma, mais fragilizados economicamente e atuando num mercado de risco, os pequenos e médios produtores são empregadores de menor confiança, pois podem transferir seus prejuízos aos trabalhadores na forma de menor valor ou não pagamento dos salários.

Um exemplo de como a diminuição do valor de venda da saca de café afetou o salário do trabalhador ocorreu entre os anos de 2011 e 2013. Dentre outros fatores, o aumento na produção vietnamita, a menor exportação do Brasil em 2012 e a perspectiva de uma safra maior do que o esperado causaram uma queda considerável no preço do café, que caiu de R\$ 500 para R\$ 307 no período mencionado. Logo, o valor de R\$ 12 pago pela medida de café colhida em 2012 caiu para R\$ 8 em 2013<sup>v</sup>.

Deste modo, a partir das questões analisadas, elementos importantes da exploração laboral em Nepomuceno revelam as condições de precariedade dos assalariados rurais. Dentre outros fatores, essa precariedade é resultado da sazonalidade, intermitência, informalidade, salário por produtividade, volatilidade do salário e condições de trabalho que impõem aos trabalhadores uma vida de instabilidade e insegurança laboral e financeira. Sobre o mote, Octavio Ianni afirma que:

o trabalhador rural é o elo mais vulnerável, na cadeia do sistema produtivo que começa com sua força de trabalho e termina no mercado internacional. Ele parece ser o vértice de uma pirâmide invertida, no sentido em que o produto do seu trabalho é dividido entre muitos, porém, sobrando-lhe pouco. (IANNI, 2012, p. 139)

Assim, pode-se afirmar que o trabalho efetuado pelos apanhadores de café em Nepomuceno é um trabalho estranhado, pois o trabalho e a produção não os pertencem, estão sob a posse e o controle do proprietário fundiário. Conforme narra Marx (2010), expropriado dos meios de produção, o trabalhador alienado baseia seu labor em movimentos repetitivos e mecânicos, sem o planejamento de

suas ações durante a jornada de labuta. Despossuídos dos meios de produção, os trabalhadores agrícolas não são proprietários das mercadorias oriundas de seu trabalho, tampouco conhecem as etapas e a totalidade do processo produtivo. Conseqüentemente, seu trabalho é estranhado e alienado, favorecendo a exploração de sua mão de obra e a extração de mais-valia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos são os elementos que colaboram para a subsunção do trabalho agrícola ao capital no município de Nepomuceno. Semelhantemente ao panorama nacional, a agricultura nepomucenense se tornou mais integrada e dependente ao capital nos últimos anos. Dentre os processos que acarretaram na ampliação da submissão da agricultura ao capital, pode-se mencionar a facilitação do acesso ao crédito, sua disseminação e o conseqüente aumento dos endividamentos, o intenso emprego de insumos urbano-industriais durante o processo produtivo, a volatilização dos preços das *commodities* no mercado mundial, especialmente em virtude de sua cotação nas Bolsas de Mercados e Futuros, entre outros. Ademais, o constante uso de insumos agroquímicos, como praguicidas, fertilizantes químicos e sementes transgênicas, ocasiona diversos danos ambientais e compromete a soberania alimentar da população nepomucenense.

Portanto, constatou-se que o pequeno proprietário encontra-se cativo do modelo monocultor, técnica e financeiramente guiado pelos intermediários, e aprisionado numa lógica de dívidas e crédito que lhe retira a autonomia. O trabalhador agrícola assalariado, atuando majoritariamente de forma temporária, convive com a insegurança laboral e financeira, num processo sazonal de emprego, subemprego e desemprego. O aprimoramento do processo de mais-valia relativa e absoluta das últimas décadas tornou intensa a exploração do trabalho. E as condições de trabalho marcadas pela informalidade, periculosidade e insalubridade, somam-se para compor o panorama de precariedade da pequena produção e do trabalho agrícola no município de Nepomuceno-MG.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Grupo de Pesquisa *Trabalho, Cultura e Materialidade* do CEFET-MG, ao PIBIC-JR, à FAPEMIG, ao CNPq e ao CEFET-MG.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva e. ; MARRA, Renner. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, ano. 20, n. 2, p.80-88, jun. 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: CES/Almedina, 2013.

BRASIL. **Projeto RADAMBRASIL**. Folhas SF. 23/24 - Rio de Janeiro/Vitória. Rio de Janeiro, 1983. 780 f.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 08, p. 70-82, abr. 1997.

COSTA NETO, Canrobert. Agricultura familiar e renda da terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 118-134, abr. 1998.

DAVILA, Ana Paula Iacovino. **O pequeno produtor de café no Brasil e na Colômbia**: necessidade do mercado ou necessidade social? São Paulo: Annablume, 2009.

DIEESE. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. In: **Estudos e pesquisas**: São Paulo, n. 74, outubro de 2014. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>>. Acesso em 25 set. 2017.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: Notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.) **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 113-138.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Regiões de Planejamento**. 3ª Edição. Belo Horizonte: FJP, 1992. 41 f.

GONÇALVES, Alfredo José. Migrações Internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 173-184, dez. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300014>>. Acesso em out. 2017.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

IANNI, Octavio. A Formação do Proletariado Rural – 1971. In: **A Questão Agrária no Brasil – O debate na esquerda – 1960-1980**. STEDILE, João Pedro (Org.). 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2012, p. 127-146.

LAMARCHE, Hughes. **Agricultura familiar**: Comparação Internacional. Volume II – Do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

MANN, Peter H. **Métodos de Investigação Sociológica**. Tradução: Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, Capítulo VI (Inédito). São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1978.



MARX, Karl. **O Capital** (Crítica da Economia Política) – Volume I. Tomo II. Tradução: Régis Barbosa e Flávio R. Koethe. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. 4ª Reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª Edição. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Soberania Alimentar e Campesinato: Disputas Teóricas e Territoriais. **GEOgraphia**, Niterói, ano. 17, n. 33, p. 177-204, 2015.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5ª Edição. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A Pesquisa Qualitativa em Educação**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. **Segurança Alimentar e Relações Capitalistas no Campo e na Cidade: O Exemplo de Nepomuceno-MG**. Juiz de Fora, 2016. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

\_\_\_\_\_. Segurança Alimentar no Campo e na Cidade em Nepomuceno-MG. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 13, n. 01, p. 50- 71, jun. 2017.

Contato com o autor: Lucas Guedes Vilas Boas <lucasgvb1991@hotmail.com>

Recebido em: 27/07/2018

Aprovado em: 25/04/2019

---

<sup>i</sup> O último Censo Demográfico foi realizado em 2010, mas segundo o IBGE, a população estimada em 2017 é de 27.053 pessoas. Mais detalhes ver: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/nepomuceno/panorama>> Acesso em 08 out. 2017.

<sup>ii</sup> As cooperativas mais atuantes no panorama agrário nepomucenense são a Capebe (Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança), a Cocatrel (Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas) e a Cooxupé (Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé), as quais monopolizam a aquisição e a distribuição da produção cafeeira municipal.

<sup>iii</sup> Pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE – (2014, p. 11) descreve garantias de seguridade geradas a partir do vínculo formal de trabalho: “1) carteira de trabalho assinada desde o primeiro dia de serviço, que garante, entre outros direitos, a comprovação imediata do tempo de serviço para aposentadoria; 2) exames médicos de admissão e demissão; 3) repouso semanal remunerado, na forma de uma folga por semana; 4) salário pago até o 5º dia útil do mês subsequente; 5) primeira parcela do 13º salário paga junto com o salário de novembro; a segunda até 20 de dezembro; 6) férias remuneradas de 30 dias, acrescidas de um terço (1/3) do salário; 7) vale-transporte com desconto máximo de 6% do salário; 8) para as mulheres: licença maternidade de 120 dias, com garantia de emprego da concepção até cinco meses depois do parto; 9) para os homens: licença paternidade de cinco dias corridos; 10) faltas ao trabalho nos casos de casamento (3 dias), doação de sangue (1 dia por ano), alistamento eleitoral (2 dias), morte de parente próximo (2 dias), testemunho na Justiça do Trabalho (no dia), doença comprovada por atestado médico; 11) horas extras pagas com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal; 12) aviso prévio proporcional de, pelo menos, 30 dias em caso de demissão; 13) seguro desemprego”.

<sup>iv</sup> Espécies de capatazes, responsáveis por fiscalizar os apanhadores de café, ganham de acordo com a produção desses trabalhadores.

<sup>v</sup> Mais detalhes ver: *Preço pago pela saca de café não remunera o agricultor em MG*. In: <<http://www.sistemafaemg.org.br/Noticia.aspx?Code=3054&ParentCode=139&ParentPath=None&ContentVersion=R>> acesso em 25 Set. 2017.